

MENSAGEM Nº

Maceió, 27 de Junto de A Maceió, 27 de Junto de A

Senhor Presidente,

Reporto-me a Vossa Excelência para comunicar que, nos termos do § 1 do art. 89 da Constituição Estadual, decidi vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 314/2023 que "Dispõe sobre a Política Estadual de Desenvolvimento e Apoio às Mulheres Marisqueiras do Estado de Alagoas.", pelas razões adiante aduzidas.

Razões do veto:

Apesar dos elevados propósitos de deliberação do Poder Legislativo, e embora muito louvável a matéria disposta no Projeto de Lei nº 314/2023, as imposições previstas em seu art. 5º impossibilitam a sua sanção integral, como se observará pelas razões adiante descritas.

Nos termos do § 1º do art. 89 da Constituição Estadual, se o Governador do Estado considerar o Projeto de Lei aprovado pelo Poder Legislativo Estadual, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, poderá vetá-lo, total ou parcialmente.

O art. 5º do prospecto legislativo em comento, ao tratar de atribuição, estruturação e funcionamento de Órgão da Administração Pública, Direta ou Autárquica e Fundacional Pública, bem como ao estabelecer prestação de serviços públicos específicos a serem realizados pelo Poder Executivo Estadual, acaba por invadir a competência privativa do Governador do Estado para legislar sobre estas matérias, necessitando o referido artigo ser vetado por inconstitucionalidade formal, por afronta direta às alíneas b e e do inciso II do § 1º do art. 86 da Constituição Estadual.

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me levaram a vetar, em parte, o Projeto de Lei nº 314/2023, especificamente o art. 5°, por inconstitucionalidade formal, as quais submeto à apreciação dos Senhores Membros da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas.

Vice-Governador no exercício do cargo de Governador

Excelentíssimo Senhor

Deputado MARCELO VICTOR CORREIA DOS SANTOS

Presidente da Assembleia Legislativa Estadual

NESTA

SUPEEMENTO DOE 28,

PALÁCIO REPÚBLICA DOS PALMARES